

O ASSENTAMENTO ITAMARATI NO CONTEXTO DOS MEGAEMPREENDIMENTOS EM TERRITÓRIO SUL-MATO- GROSSENSE

ITAMARATI SETTLEMENT IN THE CONTEXT OF MEGA- ENTERPRISES IN THE SUL-MATO-GROSSENSE TERRITORY

Ademir Terra

Doutor em Geografia pela FCT/UNESP- Presidente Prudente/SP
ademir.terra@terra.com.br

Resumo

A elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas ao agrário e ao agrícola no Brasil possuem caráter ambíguo e contraditório, em decorrência das disputas entre as forças políticas e sociais que portam distintas estratégias e interesses. Apesar dos avanços e conquistas obtidos com a “política de assentamentos rurais”, ela ainda constitui apenas resposta do Estado às pressões exercidas pelos movimentos sociais que demandam a realização da reforma agrária. A complexa trama de interesses que conduziu a transformação da antiga Fazenda Itamarati em assentamento rural constitui uma manifestação clara desses diferentes interesses. Apesar do Assentamento possuir mais de duas mil e oitocentas famílias (Assentamentos Itamarati e Itamarati II) e ter viabilizado o acesso a recursos e serviços de que anteriormente as pessoas não dispunham, melhorando a qualidade de vida, acreditamos que tal transformação segue um círculo vicioso que tem marcado esta porção do território brasileiro como se fosse um estigma: o de ser o palco de grandes empreendimentos, nos quais estão incluídos os pequenos proprietários e os trabalhadores sem-terra, como elementos fundamentais, porém de forma subserviente.

Palavras-chaves: Assentamento Rural, Assentamento Itamarati, Fazenda Itamarati, Reforma Agrária, Megaprojetos.

Abstract

Developing and introducing public policies related to countryside issues in Brazil involves ambiguous and contradictory aspects due to disputes between political and social powers which carry distinct strategies and interests. In spite of advances and conquests resulting from the “rural settlement policy”, it has been mostly the State’s answer to social movements’ pressure directed to the achievement of land reform. The complex interest web undergoing the transformation of the former Itamarati Farm into a rural settlement can clearly demonstrate those different interests. It is true that there are more than two thousand eight hundred families living in the Settlements (Itamarati I and Itamarati II) who can now access resources and services that they have never thought of,

and also that the quality of their lives has improved. We believe that this Settlement creation follows a vicious circle that has marked this portion of Brazil's territory as if it were a stigma: that of being the scene of the big enterprises, in the which are included in the smallholders and landless workers, as basic elements, however of subservient form.

Keywords: Rural Settlement, Itamarati Settlement, Itamarati Farm, Land Reform, Megaprojects.

Introdução

Objetiva-se neste texto demonstrar, através de evidências históricas, que o sul de Mato Grosso do Sul, traz consigo, ao longo da história, a marca dos grandes projetos, e estes, por conta das dimensões que assumem, pela ampla gama de elementos que mobilizam, acabam por incorporar o prefixo grego “mega”, constituindo, portanto, megaprojetos.

A criação do Assentamento Itamarati nesta porção do território sul-matogrossense, bem como a intenção dos seus idealizadores de que ele se caracterizasse como um mega-assentamento rural, dá continuidade ao estigma desta área de ser o palco de grandes projetos, os quais são apresentados para a opinião pública como iniciativas direcionadas a corrigir distorções sociais, atendendo exclusivamente aos interesses dos pequenos proprietários e dos trabalhadores sem-terra.

É inegável que os pequenos proprietários e os trabalhadores sem-terra estão inseridos nesses projetos, porém, de maneira muito diferente daquela apregoada, uma vez que essa inserção se dá muito mais no sentido de justificar os volumosos investimentos que objetivam viabilizar outros interesses e atender outras classes sociais, não devidamente explicitados.

Em outras palavras, as poucas ações desenvolvidas pelas esferas políticas tanto estaduais quanto federal, nesta porção do território sul-mato-grossense, jamais visou a uma desconcentração da propriedade da terra. O acesso à terra, por parte dos trabalhadores, nas poucas vezes em que aconteceu, veio atrelado a outros interesses, sempre com o propósito de beneficiar muito mais os grandes que os pequenos. E, nesse contexto, os trabalhadores foram impelidos a desenvolver estratégias que minorassem seus problemas e lhes garantissem o mínimo necessário à sobrevivência.

Não se pode esquecer que as iniciativas governamentais para resolver a problemática da terra, em geral, são emergenciais, ou seja, “[...] pontuais, dispersas, desarticuladas, [...] segundo a gravidade dos conflitos existentes [...]” (MEDEIROS; SOUSA; ALENTEJANO, 1998, p.56).

Essa atuação dúbia do Estado, e quase sempre sob pressão, visando à solução do problema agrário, deve-se aos interesses por ele representados. Gonçalves Neto (1997) expõe claramente que, em sendo o Estado o “guardião da ordem dominante”, seus interesses serão os interesses da classe dominante, não da sociedade como um todo.

A decisão pela implantação de um megaempreendimento traz aos empreendedores, além dos benefícios e prerrogativas que obviamente tal iniciativa lhes provê, um conjunto de megaimplicações decorrentes e equivalentes à amplitude de tal projeto.

Estes projetos, sob o discurso oficial e particularmente dos tecnocratas e homens de negócio de promover o progresso e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, por vezes privatizam os lucros e socializam os prejuízos, tais como, entre outros, danos à saúde do trabalhador, poluição ambiental com agroquímicos e queimadas, mudanças culturais, deterioração de estradas e aumento de fluxos em locais não planejados, privatização de áreas que antes eram públicas ou de uso concedido, alterações na beleza cênica e no uso do território anterior que equilibrava aspectos da cultura e da economia local.

O crescimento econômico é arquitetado como valor supremo da sociedade, como se fosse uma lei da natureza inerente à espécie humana, uma noção de progresso unilateral e não mediada, mitificada e universalizada como padrão para todos os homens, sem relacioná-lo com as especificidades e interesses das pessoas.

O que está por trás dessa ideologia do crescimento econômico e do desenvolvimento social é uma visão de mundo dominada pela corrida desenfreada pela acumulação e pelo enriquecimento ilimitado de uma minoria em detrimento da maioria, nem sempre por meios civilizados e legítimos e, algumas vezes, por meio também da sedução e da habilidade retórica.

Talvez a cooptação política seja mais eficiente que a força, tendo em vista que não são raras as vezes em que tais empreendimentos são financiados com recursos

públicos, ou que a opinião das populações locais é ouvida (e quando ouvem, elegem o discurso daqueles que lhes interessam, criando autoridade de ação política) para se detectar os reais interesses desses atores sociais que representam a maioria da sociedade e os que mais sofrem os impactos ambientais, sociais e econômicos das decisões tomadas nas esferas executivas e legislativas, sob a pressão dos tecnocratas e dos homens de negócio. Decisões essas nem sempre ética ou politicamente neutras, por ser impossível, a seus autores, despirem-se de suas posições, interesses e valores sociais.

Ao longo da história, o território que ora faz parte dos Assentamentos Itamarati e Itamarati II foi palco de pelo menos dois megaprojetos privados, a Companhia Mate Laranjeira e a própria Fazenda Itamarati. Tendo sido implantados em períodos diferentes, pouco têm em comum, ainda que esta tenha herdado parte do espólio daquela e que ambas tenham sido projetos privados e mantido uma relação/influência muito forte com os poderes políticos de sua época, mas que porém, destoam do tipo de desenvolvimento apregoado pelos movimentos sociais e pelo Estado quando preconizam a reforma agrária e inserção da pequena propriedade rural como foco de desenvolvimento, contrário portanto, ao grande latifúndio, uma das marcas do Estado do Mato Grosso do Sul, quiçá do Brasil.

Além desses dois empreendimentos privados, foi levada a cabo nessa área a implantação da CAND, um grande projeto criado pelo governo federal que tinha como um de seus objetivos garantir aos pequenos trabalhadores rurais o acesso à terra, mas como veremos mais adiante, suas reais motivações se estendem para muito além dessa proposição.

A Companhia Mate Laranjeira

A Companhia Mate Laranjeira foi o primeiro grande empreendimento privado implantado nesta porção do território brasileiro, criado em dezembro de 1882, por Tomaz Laranjeira, que conseguiu o monopólio para explorar a erva-mate em terras devolutas na fronteira Brasil-Paraguai, ao sul do planalto de Amambai. A Companhia, no auge de sua hegemonia e por força das constantes renovações de contratos com o governo do estado, chegou a dominar uma área de aproximadamente dois milhões de

hectares, dos quais, segundo Guillen (1999, p. 154), 1.815.905 ha eram arrendados e mais de 300.000 ha eram de propriedade da empresa, constituída não só de matas, mas também de campos propícios à criação de gado.

Como contrapartida, obrigava-se o projeto a “introduzir famílias de colonos nacionais e estrangeiros para promover o povoamento efetivo da fronteira, fundar uma cidade e um porto (Porto Murtinho)” (CORRÊA, 1999, p. 221).

Todavia, além de ignorar completamente a presença dos povos autóctones, com o controle sobre as terras ervateiras e o respaldo obtido pelas prerrogativas contratuais de determinar as formas de ocupação da área, a Companhia procurou de todas as formas, e utilizando-se dos mais diversos meios, impedir que pequenos proprietários ou posseiros ocupassem a área sob seu controle, prática denominada “política de ‘espaços vazios’” por Guillen (1999), que afirma:

[...] tal política possibilitava não só uma melhor organização da produção da erva-mate, mas também visava impedir que os trabalhadores dos ervais se tornassem produtores independentes. Para impor esta política a empresa contava com uma força policial própria, os “comitiveiros” além de contar com o auxílio de autoridades locais e de coronéis, que dispunham de bandos armados ou de facilidades para arregimentá-los (GUILLEN, 1999, p. 149).

Porém, em face do tamanho do território controlado pela empresa e a fragilidade das formas de controle de seus domínios, persistentes em seu objetivo de conseguir terras na região, os gaúchos representavam uma fissura no poder disciplinar da Companhia, pois, desafiando-a, instalavam-se nos seus domínios mais recônditos, o que provocava confrontos constantes que remontam ao início do século XX.

Além dos gaúchos, uma multidão dispersa de posseiros e elaboradores clandestinos de erva-mate (denominados em guarani, a língua dominante na região, de *changa-y* ou *changadores*) enfrentava cotidianamente o poderio da Companhia, que não fazia distinção entre um *changa-y* e um pequeno proprietário, mesmo que este tivesse um título provisório, e tratava de expulsar todos, como recurso para manter o controle territorial e econômico sobre as terras donde explorava a erva-mate.

Agindo como se fosse autoridade pública, de tal modo que as pessoas preferiam pedir a sua autorização para requerer terras, a Companhia utilizava diversas estratégias para impedir o estabelecimento de pequenos ervateiros. Aqueles que se instalavam na

região, sem sua autorização, eram expulsos, sob a alegação de que os posseiros destruíam os ervais com podas indiscriminadas.

Essas pequenas lutas, de acordo com Guillen (1999):

Marcaram a história da região, ora travestidas na formação de grupos de bandidos que se dedicavam ao contrabando clandestinamente em território da companhia, ora assumindo aspectos mais legais, em que antigos posseiros tentavam obter o reconhecimento legal das posses (GUILLEN, 1999, p. 150).

Eram frequentes os litígios entre a Companhia e aqueles que se propunham a requerer acesso às terras dos ervais, e os pedidos de compra de glebas eram contestados sempre com o pretexto de que o lote pretendido estava dentro dos limites do arrendamento.

A forma como a Companhia resolvia suas divergências políticas pode ser avaliada em reportagem publicada no jornal *O Progresso*, de Ponta Porã, datado de 13 de maio de 1923, que relata o assassinato do opositor político da empresa e advogado dos posseiros, Batista de Azevedo, por Heitor Mendes Gonçalves, dirigente da Companhia. A vítima havia estado em Cuiabá alguns meses antes tratando de casos de posseiros, e conseguira a expedição de títulos provisórios relativos a alguns lotes de terra.

Os conflitos entre a Companhia Mate Laranjeira e os posseiros datam do início do século XX e não se trata de um fenômeno isolado na história de Mato Grosso do Sul. A luta pela terra vinha dando o tom das políticas públicas estaduais que visavam incrementar o desenvolvimento econômico do estado através da instalação de grandes propriedades capitalistas. Ao mesmo tempo em que se admitia a necessidade de um adensamento populacional por meio de uma política de colonização da terra, na prática faziam-se valer os direitos dos grandes proprietários.

Essa situação suscitava, na época, um acalorado debate na opinião pública estadual acerca da possibilidade de anulação dos arrendamentos e, posteriormente, uma fragmentação da área dos ervais em pequenos lotes. “A disputa pela terra na região sul teve como conseqüências políticas uma série de escaramuças e levantes armados que marcaram toda a história de Mato Grosso, chegando em muitos momentos a se propor a divisão do Estado” (GUILLEN,1999, p. 150).

Como ficou evidenciado, o caráter do megaempreendimento não reside somente no tamanho da área controlada pela empresa, mas também na sua influência política e econômica, garantida pela aliança com a oligarquia política da época, de forma que, através do jogo de interesses, desenvolviam ambas uma relação de apoio mútuo. Essa aliança constituiu um elemento fundamental na fase de implantação da Companhia, como também tornou-se o principal elemento potencializador e responsável direto pelas dimensões alcançadas pelo projeto, descrita da seguinte maneira por Gressler; Swensson (1988):

Sócia dos irmãos Murinho, destacados políticos de Mato Grosso, e apoiada pela amizade com o General Antonio Maria Coelho, primeiro governador de Mato Grosso, a Companhia Mate Laranjeira aumenta o seu poder, passando a participar da vida econômica, social e política do estado (GRESSLER; SWENSSON, 1988, p. 29).

A dimensão do poderio econômico alcançado pela empresa pode ser mensurada com a informação de Vale (1996), segundo o qual “[...] A Cia. Mate Laranjeira agigantou-se tal maneira que suas receitas suplantaram as do Tesouro de Mato Grosso em vários exercícios e chegou mesmo, algumas vezes, a fornecer dinheiro emprestado ao Estado” (VALE 1996, p. 19).

Por conta desde agigantamento, face ao seu poderio e influência econômica, a empresa passa a participar decisivamente da vida econômica, social e política do Estado de Mato Grosso como também do Paraná, afastando os seus concorrentes na exploração da erva-mate e ampliando o arrendamento de suas terras.

Acerca do que aqui estamos denominando ideologia do crescimento econômico e do desenvolvimento social, valemo-nos da observação de Guillen (1999):

[...] a Companhia Matte Laranjeira (sic) atuava como um importante componente progressista e modernizador, na medida em que implantava na região da fronteira as condições almejadas para o desenvolvimento que o Estado merecia alcançar, segundo as aspirações dos segmentos sociais dominantes (GUILLEN, 1999, p. 150).

Em cada etapa da evolução histórica e social, as relações/alianças entre os empresários e as oligarquias políticas refletem os interesses, as coligações, as contradições e os conflitos entre o poder político e econômico e sua tendência à concentração de riquezas, poder e informação, ficando em segundo plano as aspirações

coletivas por participação democrática, autonomia econômica, cultural e autogestão política.

Todavia, as alianças constituem o principal ponto de inflexão, pois no momento em que os grupos políticos que lhe dão sustentação são derrotados, inicia-se uma fase crítica para a empresa, principalmente se ela não tiver uma boa capacidade de articulação, convencimento e de composição, ou mesmo se os seus interesses já não se coadunam ou não respondem positivamente aos interesses dos novos detentores dos cargos políticos.

A diminuição do poder e, portanto o início da decadência da Companhia Mate Laranjeira foram também relatados por Gressler; Swensson (1988):

[...] o seu poder político também começa a diminuir a partir de 1899, quando Manoel Murinho não consegue eleger-se para o governo do estado. Estabeleceram-se correntes políticas que lutavam pró e contra novos arrendamentos das terras para a Companhia Laranjeira... (GRESSLER; SWENSSON, 1988, p. 29).

Face às mudanças políticas ocorridas em Mato Grosso e também em consequência de sua atuação, a Companhia Mate Laranjeira passa a ter novos opositores que, respaldados no conhecimento de que a empresa detinha o controle de terras em território brasileiro e paraguaio, entre outras acusações, aponta-a como sonegadora de impostos.

As divergências se avolumaram e a empresa lutava pela manutenção e ampliação dos seus privilégios. Entretanto, seus objetivos não foram alcançados em virtude da lei sancionada em 7 de julho de 1934, que autorizou o governo do Estado de Mato Grosso a arrendar, em concorrência pública, a área de um milhão de hectares em terras ervateiras de propriedade do estado (FIGUEIREDO, 1967).

Salientamos, porém que, a perda de poder da empresa em Mato Grosso ocorreu paulatinamente, pois mesmo com a queda do grupo político que lhe dava sustentação, ainda levou 35 anos para encerrar suas atividades e, com certeza, outros fatores concorreram para isso. Esse longo período demonstra o grande poder de articulação política da empresa, pois é certo que o poder que se estabelece num território tem uma legitimidade temporária que deve ser permanentemente estabilizada e equalizada, de

forma que mesmo que a correlação de forças a desestabilize e haja mudanças no jogo de interesses, se for bem consolidada ideologicamente, ela persiste.

De um modo geral, a ocupação e o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, obedeceram a interesses extrativistas de empresas estrangeiras ligadas à exploração do minério e dos extensos ervais nativos existentes nesse território, responsáveis diretos pela apropriação de grandes áreas que irão constituir os latifúndios cuja existência, sem grandes mudanças, permanecerá durante todo o período da formação econômica do Brasil.

Em face dessas características, a historiografia tradicional tem apresentado o processo de apropriação das terras sul-mato-grossenses, como “natural”, realizado sobre imensas áreas denominadas “áreas vazias”, ignorando completamente o conflito. Assim, também o governo federal, ao olhar para o Mato Grosso uno, via no estado um grande “vazio demográfico”, com terras que poderiam ser integradas ao processo produtivo, iniciativa que poderia aliviar as pressões sociais já sentidas no Nordeste, no Sudeste e no Sul.

Essa característica, associada às preocupações estadonovistas de Vargas, motivou um conjunto de intervenções federais que proporcionaram, na década de 1940, as primeiras mudanças significativas na estrutura fundiária desta porção do território matogrossense, que viriam com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)

A campanha da Marcha para o Oeste, lançada na segunda metade da década de 1930, com a criação da Fundação Brasil Central, tinha como objetivo mapear diversas áreas do Centro-Oeste e nelas instalar núcleos populacionais, visando ocupar economicamente os espaços vazios ou escassamente povoados no interior do território brasileiro. Nas palavras de Vargas, a Marcha incorporou "o verdadeiro sentido de brasilidade", uma solução para os infortúnios da nação, incorporando o Brasil central e sua população ao repertório ideológico de seu regime.

Segundo Siqueira (1990):

A 'Marcha para o Oeste', empreendida por Getúlio Vargas, foi suficiente para estimular migrantes a se estabelecerem em Mato Grosso. O projeto original visava fixar o trabalhador nacional em solo matogrossense, através de assentamentos em pequenas propriedades (SIQUEIRA, 1990, p. 130).

A política fundiária adotada pelo governo tinha por objetivo absorver os excedentes populacionais da Região Sul e Sudeste, que já começavam a incomodar. Acrescentam-se a esse objetivo as preocupações geopolíticas que emergem com o advento da Segunda Guerra Mundial, tais como a promoção da nacionalidade (através da ocupação dos vazios territoriais com brasileiros natos), a garantia de integridade do território e de controle das fontes de riquezas autóctones contra a ameaça de interesses externos comprometedores da segurança nacional.

Nesse contexto, a Companhia Mate Laranjeira, de acordo com Silva (2000, p. 93), "tornou-se um dos alvos privilegiados das intervenções desencadeadas pelo Estado Novo neste período, uma vez que esta era uma grande empresa controlada por capitais estrangeiros." Além de ser proprietária de grandes extensões das melhores terras do Estado, utilizava quase que exclusivamente mão de obra estrangeira (paraguaios na operacionalização da produção da erva-mate, e argentinos na parte administrativa) e, por conta disso, promovia a disseminação de costumes estranhos, sobretudo, de uma língua alienígena (o guarani) e a circulação de moedas estrangeiras (a libra esterlina e o peso).

Para o governo Vargas, a empresa representava um perigoso vetor de desnacionalização da fronteira, além de um obstáculo que deveria ser removido a qualquer custo, pois barrava o prosseguimento da "Marcha" que garantiria a ocupação da região com brasileiros natos. Visando à solução do problema, o governo federal passou a acossá-la com constantes fiscalizações e, de acordo com Arruda (1989):

[...] o cheque-mate às atividades dessa empresa foi dado em 1943, quando Getúlio Vargas, em lugar de renovar a concessão, decidiu criar o Território Federal de Ponta Porã, base legal para a desapropriação das terras e conseqüentemente implantação da Colônia Agrícola de Dourados (ARRUDA, 1989, p. 23).

Como consequência, em 1944 foi decretado o encerramento dos contratos de arrendamento da Companhia Mate Laranjeira.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados, criada em outubro de 1943, segundo Souza (1992), “teve um papel fundamental no rearranjo promovido no setor produtivo rural do estado, assim como na estrutura do poder político local e regional”. O projeto foi implantado com a intenção de estimular a expansão das atividades agrícolas através de pequenas propriedades e, assim, promover o desenvolvimento econômico da região.

De acordo com Abreu (2001):

A CAND teve um caráter de povoamento com múltiplos objetivos: a) garantir a ocupação territorial, aumentando o contingente populacional das áreas limítrofes com os países vizinhos; b) “desafogar” áreas de possíveis conflitos sociais, como o Nordeste brasileiro, por exemplo, dada as condições de miserabilidade enfrentadas pela grande maioria da sua população, já em constante migração para outras áreas do País (principalmente São Paulo e Amazônia) e agora, para o Sul de Mato Grosso; c) confirmar a parte austral mato-grossense como extensão do Sudeste, participando como mercado de consumo dos produtos paulistas, bem como extensão da área de produção. (ABREU, 2001, p. 59).

Dos múltiplos objetivos envolvidos no projeto da CAND, depreende-se, como grande motivação subjacente, a conformação de um processo de centralização das políticas agrícolas, coerentemente com o processo de centralização política do Estado Nacional desencadeado pela Revolução de Trinta. De acordo com Delgado (1997), “essa centralização em boa medida protege e articula interesses agrários regionais e setoriais, que emergem ou se expressam politicamente após a crise de 1929” (DELGADO, 1997, p. 211). A criação da Colônia se dá no momento em que a união do capital financeiro com o industrial induz à possibilidade de grandes lucros, não só com a imobilização do capital, decorrente da aquisição de terras como reserva de valor e para a especulação imobiliária, mas também com o comércio de máquinas, insumos e de grãos para a exportação. Nesse contexto, a CAND se insere em um movimento de reordenamento territorial na escala regional e nacional como manifestação de uma conjugação de interesses associados à reprodução internacional do capital.

Para que essa integração se efetivasse atraindo empresários capitalistas para as terras sul-mato-grossenses, seria necessário criar condições, como por exemplo, incremento populacional e a garantia de armazenamento e escoamento das safras, para conferir competitividade dos produtos da região nos demais mercados.

De acordo com Souza (1992):

Com a pouca mão-de-obra disponível na região, o empresário capitalista não se sentia 'à vontade' para investir no campo, pois, como é sabido, será sempre menor o custo com a mão-de-obra na medida que esta seja mais abundante (SOUZA, 1992, p.16).

A CAND ocupou uma área de 300.000 ha de terras, até então arrendadas pela Companhia Mate Laranjeira, da qual foram distribuídos, gratuitamente, 8.820 lotes para agricultores de baixa renda, compostos, em sua maioria, por nordestinos que se caracterizavam pela sua condição de pequenos arrendatários, meeiros e trabalhadores rurais, cujo sistema produtivo associava a cultura de subsistência - feijão, arroz, milho e mandioca -, da qual o eventual excedente era encaminhado para o mercado, e culturas essencialmente comerciais, como o algodão e o amendoim.

A distribuição de terras promovida pela CAND atraiu um grande fluxo de pequenos produtores, contribuindo assim para fixar na região um contingente demográfico de aproximadamente 35.000 habitantes diretamente envolvidos com aquela atividade colonizadora, o que favoreceu a criação de um mercado consumidor responsável pela expansão e concentração de atividades comerciais em Dourados que, de forma embrionária, assumia o papel de principal polo regional do extremo sul do estado. Esse processo que dinamizou a cidade de Dourados foi também um fator decisivo para a ampliação e conformação da atual rede urbana regional, ao dar origem, durante a década de 1950, a diversos povoados e vilas que posteriormente foram transformados em cidades, com destaque para Fátima do Sul, Glória de Dourados, Deodápolis, Douradina, Jateí e Vicentina.

A criação da CAND fez surgir a própria atividade agroindustrial como um empreendimento altamente atraente e, a partir de então, buscou-se abrir frentes que fossem assumidas pelo estado como forma de garantir o investimento lucrativo do setor privado e o crescimento do novo modelo de atividade agrícola, que levou à formação de uma burguesia agrária atrelada à máquina de poder estatal, instalando-se toda uma estrutura política vinculada ao setor agrário, ao latifúndio.

Evidenciando que “as políticas públicas são também instrumentos de opacidade, pela forma e pelos meandros como são definidas e objetivadas as regras de apropriação e redistribuição de recursos públicos” (NEVES, 1999, p. 8)

A política populista de “dar terras” aos trabalhadores rurais sem-terra, implantada por Getúlio Vargas com o objetivo de aliviar a pressão popular nos estados mais pobres, criava condições, em outras regiões, para o crescimento ordenado do capital no campo incentivando-se o minifúndio, viabilizando-se a existência de mão de obra nas regiões onde era mais escassa. Esse ensaio foi fruto da organização popular no exercício político da democracia que durou por um pequeno intervalo de tempo e foi interrompido pela instalação da ditadura militar em 1964, quando o discurso da modernidade que já estava sendo debatido, invadiu o campo brasileiro.

Consideramos a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados como a primeira e única experiência de assentamento de trabalhadores rurais antes da década de 1980, em Mato Grosso do Sul. Contudo, mesmo que pequenos lotes de terra tenham sido distribuídos, esse foi um empreendimento, cujo objetivo era atender outros interesses e não o das famílias de trabalhadores rurais assentados, ao alcançar estes interesses, as famílias foram abandonadas à própria sorte, ou seja, não lhes foram dadas as condições mínimas para que pudessem continuar em seus lotes, conseqüentemente muitos lotes foram vendidos e reagrupados formando novas fazendas na área. Qualquer semelhança com o que está acontecendo com o Assentamento Itamarati, não terá sido mera coincidência.

Fazenda Itamarati: um modelo de megaprojeto de modernização da agricultura brasileira

Compreendemos a implantação da Fazenda Itamarati como um produto do processo modernizador da agricultura nacional e, ao mesmo tempo, um elemento viabilizador da implantação desse sistema agrícola, não somente em território sul-matogrossense, como também em vários outros pontos do país.

A modernização da agricultura pode ser definida como um processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, no qual as unidades produtoras passam a empregar, de maneira intensiva, máquinas e insumos modernos,

métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, tratos culturais e de processos de colheita mais sofisticados.

Esse fenômeno, em consonância com a orientação global do processo de transnacionalização da agricultura brasileira e com a sua inserção no jogo da divisão internacional do trabalho, imprimiu na economia do país, segundo Brum (1988), as seguintes características: especialização, com forte tendência à fixação de monoculturas regionais; viabilização e consolidação da empresa rural capitalista, acompanhada da progressiva desestabilização e desaparecimento da pequena propriedade rural em regime de trabalho familiar; concentração da propriedade da terra; supervalorização das terras; uso intenso do fator capital (máquinas, implementos, etc), de mão de obra barata e de trabalhadores temporários; estímulo e incremento dos produtos agrícolas de exportação em detrimento das culturas destinadas ao consumo interno; e expulsão de numerosos contingentes populacionais da zona rural para as periferias urbanas.

Inicialmente, foi no Sul e Sudeste do país que a agricultura se desenvolveu de forma intensiva, mas devido ao esgotamento de terras disponíveis para a ocupação da agropecuária e à necessidade de aumento da produtividade agrícola, a produção é direcionada para novas áreas e conseqüentemente ocorre a expansão agrícola.

Inserida nesse processo, a economia sul-mato-grossense, que até o final da década de 1960, fora baseada na produção policultora de base familiar e fornecedora de gado magro para as internadas paulistas, passou por profundas e significativas mudanças com a expansão das lavouras mecanizadas de trigo e soja, fortemente integradas aos interesses agroindustriais. O desenvolvimento desse sistema, que mudou também o perfil socioeconômico de Mato Grosso do Sul, é resultado da convergência simultânea de vários acontecimentos desencadeados a partir do final dos anos 1960.

Apontamos inicialmente como um dos fatores responsáveis por tais mudanças a chegada de um expressivo contingente de pequenos produtores rurais oriundos do Rio Grande do Sul que, com terras insuficientes e sem a perspectiva de crescimento em sua região de origem, viram-se obrigados a migrar à procura de novas áreas onde pudessem ampliar sua escala de produção e realizar seu projeto de se tornarem grandes produtores rurais. O esgotamento agrícola no Rio Grande do Sul, a rápida valorização das terras e o

intenso processo de concentração fundiária naquele estado foram fatores determinantes no processo de modernização da agricultura sul-mato-grossense.

Contribuíram como fatores de atração para esses pequenos produtores gaúchos e também para a introdução e expansão das lavouras mecanizadas, sobretudo da soja: o predomínio de terrenos planos ou de reduzida declividade, ideais para a mecanização agrícola; o baixo custo das terras sul-mato-grossenses, subproveitadas com a pecuária extensiva, por vezes, ultraextensiva; solos derivados do derrame basáltico, com elevado nível de fertilidade; e, ainda, uma certa semelhança climática entre o cone sul de Mato Grosso do Sul e a região norte do Rio Grande do Sul. Para completar, uma evolução bastante favorável do mercado internacional da soja, no início da década de 1970, favoreceu também o rápido crescimento do uso de maquinário na lavoura no Mato Grosso do Sul.

Nesse contexto, o Mato Grosso do Sul tornou-se estratégico na incorporação de novas áreas, tanto pela sua posição geográfica, como por suas características físico-ambientais, que propiciavam a expansão da produção agropecuária nos padrões da nova agricultura moderna, baseada no pacote tecnológico da “Revolução Verde”.

Assim, a modernização da estrutura produtiva se territorializou em áreas como a Microrregião Geográfica de Dourados, cujas características naturais e organização agrária mais propícia à incorporação dos elementos do progresso técnico da modernização (equipamentos mecânicos e insumos químicos e biológicos de origem industrial), possibilitaram a criação de uma estrutura de oferta de crédito rural subsidiado, dirigido prioritariamente às atividades agropecuárias modernas e com fortes vínculos com os complexos agroindustriais da Região Sudeste.

Foi dentro dessa conjuntura e com base nessas facilidades e nas condições históricas e econômicas, num momento em que o país, e principalmente o Estado do Mato Grosso do Sul, passavam por um conjunto de mudanças de grande envergadura com a introdução e expansão das lavouras mecanizadas de trigo e soja, fortemente integradas às agroindústrias, que o empresário Olacyr Francisco de Moraes implantou a Fazenda Itamarati no município de Ponta Porã, em parte das terras pertencentes, anteriormente, à Companhia Mate Laranjeira, “[...] especificamente, parte das ex-Fazendas Santa Virgínia e Campanário” (TEIXEIRA, 1989, p.45).

A implantação da Fazenda Itamarati teve início em 1973, quando o empresário adquiriu 25.000 ha de terras que pertenceram à Companhia Mate Laranjeira.

[...] com apoio da SUDECO, estimulado pelo atraente preço da soja no mercado internacional e ainda, no meu entender pelo baixo preço da terra (Cr\$ 200,00 o hectare em 1973), é que o empresário toma a decisão de implantar um ambicioso projeto agrícola. Em 1976 amplia a área com a aquisição de mais 25.000 ha (TEIXEIRA, 1989, p. 48).

A somatória de 25.000 ha existentes anteriormente com a nova área adquirida corrobora nossas afirmações anteriores que definem como padrão do projeto político e econômico desse momento a ocupação de grandes extensões territoriais, facilitada pelo baixo valor da terra.

Assim, a fazenda de 50.000 ha nasceu sob o signo de um megaempreendimento e com a função específica de tornar-se agroexportadora de *commodities*, dentro de um processo de capitalismo concorrencial, com base produtiva numa grande propriedade territorial em que se aplicam incorporação intensiva de capital, recursos tecnológicos variados (sementes especiais, pesquisas, insumos e maquinários modernos) e mão de obra assalariada qualificada e setORIZADA (mecânicos, tratoristas, gerentes, agrônomos). Todos esses aspectos, entre outros, conferiam ao projeto a condição de modelo para uma proposta de desenvolvimento, que nos parece servir às nossas intenções de pesquisa.

Para os dias atuais, 50.000 ha sob o controle de uma única pessoa, pode parecer algo extraordinário, porém, em se tratando do Mato Grosso do Sul na década de 1970, não era assim uma situação tão insólita. Não obstante as dimensões mais modestas que as da área dominada anteriormente pela Companhia Mate Laranjeira, o rótulo de megaempreendimento é confirmado por Teixeira (1989, p. 45), quando afirma que a Itamarati foi a “maior fazenda de soja do mundo”.

A dimensão territorial por si só não credencia uma empresa a ser qualificada como um megaempreendimento, porém esta qualificação torna-se evidente quando observamos o aporte tecnológico, os recursos técnicos e humanos empregados, o número de pessoas mobilizadas, os resultados econômicos auferido, a importância econômica - não só para a economia estadual -, enfim, a dimensão alcançada pelo empreendimento ao longo dos cerca de trinta anos de sua existência. Por isso, as

condições políticas e econômicas externas e internas para a implantação de um projeto dessa envergadura não devem ser desprezadas.

Olacyr começou a plantar soja no Centro-Oeste em 1973, depois que uma inundação devastara as lavouras no Mississippi, nos Estados Unidos. Vale observar também que neste recorte histórico estão presentes a crise do petróleo e a ditadura militar que ainda se impunha com sua forma de compreender o território nacional, cuja ocupação deveria ocorrer rápida e efetivamente com a implantação de projetos monumentais, cabendo aqui um paralelo com as grandes obras desse período - a Ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, Itaipu, e as usinas nucleares. Mas não é comum ver a expansão da área agrícola como uma grande obra dessa ditadura, seus efeitos ficam encobertos pela história.

As condições físicas da área foram descritas por Teixeira (1989), que comenta depoimento de Olacyr Moraes:

Segundo depoimento do mesmo, influiu na decisão menos o padrão original da qualidade dos solos (uma área de arenito Bauru, coberta por uma formação de campos limpos com algumas manchas de Mata Tropical nos fundos de Vale – até hoje mantidas), e mais as condições do relevo propício à mecanização. Ressalta ainda, a presença dos trilhos da Rede Ferroviária Federal (ex-Estrada de Ferro Noroeste do Brasil), que no interior da propriedade mantém a Estação Santa Virgínia. Cita como elemento importante a presença de mananciais – Rio Dourados, Rio Santa Virgínia, Rio Lageado e Rio São João. A Estrada de Ferro vai funcionar, basicamente, para o transporte de calcário para a correção da acidez dos solos e para o transporte de adubos (TEIXEIRA, 1989, p. 49).

Esse aparente desdém às propriedades físico-químicas e morfoestruturais da área denota que a tecnologia empregada já seria suficiente para superar as reais limitações à produção pretendida. Sendo possível corrigir o solo, estavam garantidas as condições do relevo, favorável à mecanização, bem como as qualidades prévias de infraestrutura, fundamentais para o emprego dessas terras. Enquanto a via férrea facilitaria o transporte de insumos agrícolas e o escoamento da produção, a rede hidrográfica disponível também foi fator decisivo na escolha da área, que receberia a estrutura de irrigação de pivôs centrais¹, o que, na época, demandava grande investimento econômico, ainda hoje, uma verdade.

Uma nota deve ser adicionada: embora se saiba que a gestão da Fazenda Itamarati teve seu início muito antes da implantação definitiva, não foi possível encontrar informações sobre quando esse planejamento começou.

Com tais condicionantes, segundo Teixeira: “Aí implantou-se uma extraordinária infra-estrutura. Os armazéns, silos dotados de secadores, possuem uma capacidade de armazenagem de 138.000 toneladas de grãos (2.300.000 sacas/60 kg” (TEIXEIRA, 1989, p. 49). Para usar termos da Geografia, esses fixos são a materialização de uma estrutura que já está sendo planejada no que reconhecemos como uma rede. Não ainda nos moldes do *just in time*, mas prenhe da intencionalidade de integrar esse megassistema local/nacional ao capital internacional.

Um projeto com essa magnitude exigiria uma aproximação intensa com a ciência e a tecnologia para dar conta de demandas muito específicas, não disponíveis, e que deveriam ser criadas sobre o terreno. Teixeira (1989) demonstra como isso se incorporou:

A fazenda é dotada de um moderno laboratório de pesquisas, onde são feitas análises de solo, pesquisas de variedades de soja e trigo, atingindo o montante de 3.000 linhagens. Mantém pesquisas em convênios com a EMBRAPA e a Universidade Federal de Viçosa, investigando a colsa, o linho, a beterraba açucareira, a aveia preta, o milho, o feijão, o arroz e o sorgo (TEIXEIRA, 1989, p. 49).

Com essa estrutura, a Fazenda Itamarati torna-se pioneira na pesquisa relacionada a seus interesses e nas parcerias que obteve como o governo federal e com as universidades², apesar da autonomia dessas instituições de ensino. No conjunto, esses parceiros irão colaborar com a legitimidade de execução dessa grande empreitada. Constatamos que com exceção do feijão, todos os demais produtos são parte da pauta de exportação ou usados na produção de ração para animais.

“A Itamarati montou um dos primeiros laboratórios agrícolas do país. Os estudos científicos ali realizados resultaram na criação de mais de 100 variedades de soja, algumas entre as mais produtivas do mundo” (VEJA, 27/06/2001).

Em alguns anos, a Itamarati atingiu padrões de produtividade jamais vistos no país. “Graças ao impulso dado pela Itamarati, a área cultivada de soja no cerrado passou de 4.000 hectares no começo da década de 70 para mais de 3 milhões de hectares” (VEJA 27/06/2001).

Esse tipo de exploração depende de um aparato de maquinários que seja adequado à escala de produção, do que Teixeira (1989) faz um escrutínio bastante ilustrativo:

Operam hoje 143 colhedoras, 165 plantadeiras, 269 tratores, 6 aviões agrícolas, 118 caminhões, além de vários veículos de apoio, como utilitários e automóveis pequenos. A manutenção é realizada na própria fazenda, em oficinas próprias. Toda a frota é controlada por um sistema interno de comunicação. Tal frota é alimentada por uma micro-destilaria de álcool, cuja produção é da ordem de 1.000 litros por hora. O sistema produtivo possui 64 conjuntos de irrigação tipo pivot central, cobrindo uma área de 7.552 ha (120 ha por pivot), onde é plantada a maior área de trigo irrigada do país (TEIXEIRA, 1989, p. 49).

O pioneirismo desse sistema aparece mais uma vez na busca de autonomia decorrente da integração desses conjuntos de equipamentos. O sincronismo com as limitações e oportunidades históricas está evidenciado em cada um desses componentes, desde a produção de combustível, aproveitando os incentivos governamentais do Proálcool, até a instalação da planta industrial e a adaptação da frota. Não deve ser desprezada a presença de seis aviões nesse empreendimento.

A peça chave de todo esse sistema é o pivô central, que vai ser elemento basilar de uma tentativa de fordização da produção agrícola, pois irá ser regulada pelo homem e não mais pela natureza. Cada um desses equipamentos é muito caro e, segundo informações de técnicos locais responsáveis atualmente pela manutenção, estima-se que o preço de um pivô completo se aproxime dos R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Se esse empreendimento só foi possível com a utilização de recursos públicos, resta saber como foram definidas as modalidades de pagamento e se realmente ele foi realizado.

Combinando tecnologia de ponta e técnicas inovadoras de administração, a Itamarati acostumou-se a bater recordes. Nos anos de 1980, ficou conhecida como a maior plantação de soja do mundo. Na década de 1990, registrou a segunda maior produção brasileira de algodão e, no final desse período, era recordista nacional na produção de milho.

A Fazenda Itamarati “[...], fez mais de 10 mil pesquisas e cruzamentos genéticos até chegar ao algodão ITA-90. Graças a essa semente, o Brasil deixou de ser importador para se tornar exportador do produto” (Isto é Dinheiro, 01/09/2004).

O fator humano envolvido nessa conjunção de técnicas e práticas é outro levantamento que não pode ser simplificado. Teixeira (1989) fornece uma caracterização do contingente especializado e não especializado para movimentar essa estrutura:

No que toca à estrutura de pessoal, vale dizer que vivem na Fazenda perto de 5.000 pessoas. Possui uma Diretoria Administrativa e uma Diretoria Técnica. Além de: 7 agrônomos, 1 engenheiro mecânico, 1 engenheiro civil, 3 arquitetos, 1 médico e uma enfermeira, 1 nutricionista. Os agrônomos, em número de 7, são especializados na produção (2), em pesquisa (3), em armazenamento (1) e em recepção da colheita (1). Operam na Fazenda próximo de 20 técnicos agrícolas, os quais atuam em todos os setores da produção. Há uma categoria denominada Fiscais de Campo, em número de aproximadamente 90, sendo que cada um controla 10 máquinas e respectivos operadores e uma colheitadeira. O setor de manutenção é composto de aproximadamente 50 profissionais. Para a tarefa de capina e outras que não exigem especialização, a Fazenda se utiliza de mão de obra paraguaia, através de empreitadas (TEIXEIRA, 1989, p. 52).

O tamanho dessa equipe deve ser avaliado considerando a geração tecnológica do período e a inovação gerencial de processos possíveis naquele momento histórico. Talvez, aos olhos da reengenharia dos dias atuais, poder-se-ia ajuizar que era uma equipe mal ou superdimensionada, onerosa e complexa em sua gestão. De acordo com o Sr. João Paulo Goettems³:

Este quadro não era demasiado, uma vez que a plantação de algodão demandava muita mão de obra, tanto de profissionais técnicos especializados, como também de trabalhadores em geral. Com a redução do cultivo do algodão, em 1986 este quadro reduziu significativamente, passando a possuir apenas três engenheiros agrônomos e doze técnicos agrícolas (JOÃO PAULO GOETTEMS).

Devemos lembrar que à época não se falava em terceirização, e não se encontrou esse modelo de gestão nos depoimentos reunidos. Todos os problemas de gestão desse enorme empreendimento eram novos e demandavam experiências que, sob qualquer ângulo que se observe, seriam considerados inovações e enfrentamentos que não existiam e precisavam ser disponibilizados de alguma forma para o setor produtivo nacional.

A Fazenda foi um marco inicial no Brasil de uma forma de produzir altamente concentrada e objetivada para a otimização das inversões. Não é exagerado dizer que foi um modelo e para essas expectativas não poderia fugir de sê-lo, já que a ambição não ofereceria alternativa que a de criar esses novos caminhos. Essa mesma dificuldade

deveria ser a de não permitir falhas, planificar as perdas e dimensionar alternativas viáveis bem como camuflar insucessos, ou amenizá-los, para ganhar tempo com os credores e “parceiros”.

Seguindo ainda a linha de dimensionamento e caracterização do projeto, incluímos o que Teixeira (1989) coletou sobre a infraestrutura de alojamentos, saúde, lazer e alimentação:

Há um núcleo habitacional dotado de uma rede de água, esgoto, energia elétrica, restaurante que serve 700 refeições, armazéns de abastecimento, escolas, hospital e assistência técnica médica e dois centros de lazer. A Fazenda produz para seu funcionamento leite de soja, suínos e aves, além de manter um rebanho de gado de corte e vacas leiteiras (TEIXEIRA, 1989, p. 52).

Toda essa corporificação precisa ser traduzida no objetivo evidente a que se dispunha tanto investimento. A relação produção/productividade está relacionada em seguida para que sigamos uma análise concreta desses resultados e metas:

No tocante à utilização do solo, 35.000 ha são destinados ao cultivo da soja, realizado no período de novembro a abril, sendo que, aproximadamente, de outubro a abril, cultiva-se o trigo em aproximadamente 8.000 ha. Em matas há uma área de 7.000 ha. Os restantes 8.000 ha são utilizados para pastagens, estradas e o núcleo. A Fazenda Itamarati cultiva, hoje, 35.000 ha de soja, o que corresponde a 4% da área plantada de Mato Grosso do Sul. Com uma produtividade de 1.700 kg/ha, é responsável também por 4% da produção do Estado. Quanto ao trigo (irrigado), planta 8.000 ha, o que significa 4% da área plantada no Estado, com uma elevada produtividade (3.900 kg/ha), correspondendo a 11% da produção do Mato Grosso do Sul (290.000 ton.) (TEIXEIRA, 1989, p. 52).

Contudo é preciso considerar que se produziam sementes especializadas para todo o mercado nacional, assim, o valor nelas agregado era muitas vezes superior ao que atingiam as áreas dedicadas exclusivamente à produção de grãos voltadas à agroindústria, como afirma Teixeira: “Em função de manter um setor de controle de seleção de sementes, 70% da produção de soja vão se constituir em sementes selecionadas para a venda no mercado nacional. Os 30% restantes são comercializados com a Cargill, Branal e Braswey” (TEIXEIRA, 1989, p.55).

Como as empresas a quem eram destinados esses 30% das sementes também atuavam no ramo como distribuidoras de sementes, então, há a possibilidade de que quase toda a produção da Fazenda Itamarati tenha sido destinada a esse fim. Tal posição

reafirma a ideia de emissão e aperfeiçoamento de um modelo. A sua difusão era parâmetro para o incremento produtivo, tecnológico e administrativo do agronegócio.

Além do rótulo de megaprojeto que lhe estamos atribuindo, a Fazenda Itamarati trouxe consigo também o estigma de “modelo”. Ou seja, a Fazenda Itamarati foi planejada para ser um modelo⁴ de empreendimento voltado à produção agrícola em grande escala. Papel que desempenhou fielmente e com muita competência, uma vez que atraiu vários grupos empresariais nacionais, e até mesmo estrangeiros, que procuravam seguir o sistema agrícola por ela praticado.

Assim sendo, a Fazenda constituiu-se numa verdadeira vitrine (em nível nacional e internacional) para o que hoje denominamos de agronegócio. “Todo mundo aprendeu com a Itamarati e seguiu seus passos”, diz Blairo Maggi, o maior produtor de soja da atualidade, em Ceolin (2001).

O simbolismo que acumulou com essa posição produziu suas consequências para a escala local e para o perfil de produção dentro do Mato Grosso do Sul.

Depreende-se então, que a ambição por megaempreendimentos e, ao mesmo tempo, a pretensão de transformá-los em empreendimentos-modelo (ou mesmo “chamarizes” para atraírem a atenção de determinados grupos de empresários, e verdadeiras “armadilhas” para outros, assim como para a comunidade local menos atenta), acabam por se consubstanciar em empreendimentos que advogamos serem “modelos megalomaniacos” aos quais os interessados atribuem virtudes e características capazes de promoverem verdadeiras revoluções na vida das pessoas diretamente afetadas, como também na região onde estão sendo implantados¹⁰.

Em um regime de democracia parlamentar, a implantação de um projeto de grande magnitude e impacto não constitui um obstáculo para as práticas “encobertas” de maximização dos lucros, principalmente quando conta com as benesses dos cofres oficiais, aplicadas em custos/oportunidade pesados pela perda de recursos que seriam mais úteis e produtivos em setores de investimentos sociais. Por vezes, alguns dignos “representantes” do povo no congresso nacional acabam sendo cooptados⁵ pelas grandes corporações que financiam suas campanhas eleitorais, esperando a contrapartida posteriormente. Isto quando não ocorre de os “homens de negócio” e os “homens da política” serem a mesma pessoa.

Assim, forjar a sustentabilidade de empreendimentos dessa envergadura não é um efeito colateral do processo, mas faz parte do jogo e não é uma contradição, nem uma disfunção, mas função almejada e direcionada para interesses não comprometidos com o povo e com a fonte pública de recursos. Na realidade é o discurso de que se fazem obras e de que se investe no Estado, de forma que a retórica de sucesso é mais eficaz que o próprio sucesso.

Uma imposição analítica está em considerar as seguintes questões: até que momento a equipe foi necessária para o empreendimento? Foi parte explicativa da derrocada daquele modo de exploração? E se associarmos a obsolescência dos equipamentos, que mesmo não tão acelerada como atualmente, também poderia ser um entrave a ser enfrentado, como se trataram os desperdícios e gargalos da produção e de administração material e pessoal? Que solução se deu às perdas energéticas, hídricas e de força de trabalho? Como se colocou a necessidade de especialização e de qualificação permanente da produção? Ainda, o setor responsável pela contratação e renovação de contratos estava conseguindo superar as demandas trabalhistas?

A explicação pode ser mais abrangente do que a que iremos aventar. O valor agregado na produção de sementes especializadas foi, durante algum tempo, suficiente para cobrir esses entraves de produção. Sendo pioneira, a empresa deteve parte do mercado, mas a competitividade que provocou criou novos atores e novos processos, por exemplo, a produção de sementes transgênicas, os quais progressivamente foram superando a Fazenda Itamarati, até ao ponto em que precisou ser ressignificada e abandonada devido aos altos custos que sua atualização representaria.

A teoria que explica melhor esse processo encontra-se em Santos (1996), quando fala dos feixes verticais de decisões em escala mundial, que irão se manifestar no lugar, forçando solidariedades horizontais entre os fixos e fluxos delimitados pelo capital internacional, em detrimento das redes sociais locais.

Não há como oferecer uma estratégia de inserção na economia de um lugar sem estabelecer algum ícone, simbólico e concreto para estabelecer uma tese de sucesso econômico. Mesmo que a Fazenda Itamarati não possuísse as condições para transformá-la num modelo, elas deveriam ser construídas pela mídia, pelos políticos locais e demais atores econômicos. O sentido de modelo é “o” exemplo que tenta provar

a regra geral de desenvolvimento, não pode conter dúvidas, não pode aceitar contrarreações e deve ser inabalável, enquanto durar.

A imaterialidade vai coadunar com a materialidade dos fatos, nesse caso, expressa na quantidade de terra contínua e de tecnologia empregada. Essas dimensões do modelo terão que dar conta de todas as posições contrárias e vão anular o futuro como uma construção, para impor um futuro construído, acabado e inabalável. O presente modelo é um tipo de autoridade que é inconteste.

Aqui se revela uma importante contradição da produção capitalista que, segundo Marx “só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 1867, p.202). Podemos adicionar a essa assertiva que, além da exaustão dessas riquezas, serão estabelecidos diversos mecanismos de impunidade para os efeitos negativos que esse processo vier a produzir, de forma que não será possível aferir arranhões na história que se construirá dessa experiência. Os insucessos receberão uma tal amálgama ideológica protetora que, mesmo diante de sua evidência, não serão considerados pelos detentores da história.

Com essas considerações, levantamos uma provocação: a decadência do modelo não é um efeito colateral, mas parte de sua concepção.

Crise e destino da Fazenda Itamarati

A história se repete em círculos concêntricos e a diferenciação dos fatos e acontecimentos se dá em função dos atores, da escala e do grau, porém, a natureza dos fatos e acontecimentos é a mesma. Quer isto dizer que o novo ou moderno nem sempre é tão novidade assim e que aos mais atentos não escapa o sentido verdadeiro ou o alcance real de tais iniciativas.

Como vimos, ao longo da existência desse projeto, foram muitos os fatores estruturais e conjunturais que se combinaram, viabilizando sua implantação e dando-lhe o suporte necessário, contudo, mais uma vez, podemos elencar como elemento mais influente, em todo o processo, a relação/aliança entre os homens de negócios e as oligarquias políticas das diferentes escalas de poder.

Como no caso da Companhia Mate Laranjeira, evidenciam-se novamente as contradições inerentes ao modo capitalista de produção, no qual os mesmos elementos potencializadores, em um dado momento histórico, pela própria dinâmica do capital, se transformam em elementos de inflexão no momento posterior, visto que, justamente, em meados da década de 1980, quando os recursos públicos destinados ao crédito oficial começam a escassear, a Fazenda Itamarati começa entrar em processo de decadência.

Apesar de se configurar como um modelo, o império agropastoril da Itamarati começou a ruir em 1995. Problemas econômicos ligados à agricultura - fim dos subsídios, baixos preços dos produtos agrícolas e queda da produtividade -, o custo trazido pelo Plano Real, a ciranda financeira, perspectivas de investimento em outros setores produtivos (ferroviário, bancário e industrial), a forma de gestão familiar dos negócios - incluindo as crises da família Moraes -, todos esses, entre outros aspectos, constituem uma série de fatores que, isolados e/ou conjugados, resultaram numa crise estrutural, com o crescimento das dívidas, que levou à venda da Fazenda Itamarati.

Faz-se necessário compreender que aquele empreendimento, devido à antiguidade e à desatualização tecnológica (em média 20 anos) para o padrão atual do agronegócio, entrou num processo de decadência e tornou-se antieconômico. Para a lógica empresarial da maximização dos lucros, era imperativo que fosse submetido a um processo de reformulação. Porém, dada a crise econômica em que o proprietário mergulhou desde meados da década de 1990, apesar de sua astúcia e visão empreendedora, é pouco provável que uma modernização do projeto viesse a se materializar, hipótese que provavelmente tenha sido refutada pelo empresário por considerá-la inviável. Pouco provável também seria a alternativa de repassar o empreendimento para outro empresário, numa transação que lhe fosse vantajosa.

Para tentar cobrir parte de suas dívidas, Olacyr ofereceu a fazenda inteira por 300 milhões de reais ao governo federal, que não aceitou a proposta. Um ano depois precisou entregar metade da propriedade ao Banco Itaú, representado por uma de suas subsidiárias, a Tajhyre S/A Agropecuária para garantir o pagamento de dívidas.

Desde então o banco vinha tentando encontrar interessados no negócio, o que se revelou uma tarefa árdua, primeiro, porque a Fazenda Itamarati era colossal, depois, porque na região onde estava localizada, os maiores negócios com terras giravam em

torno de 5 milhões de reais. Além disso, pesou o fato de o mercado ter se arrefecido muito em Mato Grosso do Sul, em razão do aumento do número de ocupações, como resultado do recrudescimento da luta pela terra no estado. Sem solução à vista, o Banco Itaú procurou o governo com uma oferta melhor: entregaria metade das terras da fazenda por R\$ 27,6 milhões a serem pagos em quinze anos, com Títulos da Dívida Agrária (TDAs)⁶.

Em maio de 2001, o governo federal repassou a área ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) quando, então, implantou-se o Assentamento Itamarati. E, em 24 de maio de 2004, adquiriu o restante da fazenda (24.900 ha) diretamente do empresário, para a implantação do Assentamento Itamarati II.

O Assentamento Itamarati

Diante do quadro de uma estrutura fundiária concentrada e das grandes mazelas sociais oriundas dessa concentração, toda ação no sentido de corrigir esse panorama e promover uma distribuição democrática de terras no país será bem-vinda e não deveria causar sobressaltos.

Porém, quando se trata de transformar em assentamento rural uma fazenda/empresa que foi considerada símbolo ao longo de trinta anos e também a grande vitrine da agricultura capitalista no Brasil, a empreitada torna-se emblemática em face da gama de interesses e dos simbologismos que subjazem tal metamorfose.

A aquisição da Fazenda Itamarati para fins de reforma agrária ocorreu no momento em que o governo federal formulava uma política explicitamente voltada para a agricultura familiar, alçando-a ao centro das propostas de desenvolvimento rural. De certa forma, essa iniciativa tinha também o objetivo de tentar reverter o quadro politicamente desfavorável em que o governo estava colocado, do ponto de vista da questão agrária, resultante da ofensiva dos movimentos sociais rurais, especialmente do MST, mas também da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e seu “Grito da Terra”, e da crescente pressão internacional após os episódios de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás.

Além do interesse pela valorização da agricultura familiar - ao menos na retórica-, a crise vivida pelo setor agropecuário modernizado, que apontava para o esgotamento do modelo de industrialização concentrada e da agricultura patronal, também exigia uma tomada de decisão. De acordo com o ideário governista daquele momento, a concentração de riqueza e renda, característica em que se assentava o modelo agrícola dominante no país durante as últimas décadas, prejudicava o desenvolvimento econômico, sendo, portanto, necessário romper com essa herança para superar os obstáculos à retomada do crescimento.

Os pressupostos e fundamentos políticos para o enfrentamento da crise, e que iriam influenciar na aquisição da fazenda, podem ser encontrados nas propostas do governo federal para o meio rural, publicadas, em março de 1999, no documento: *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural*, no qual se afirmava pretender inaugurar uma nova etapa no desenvolvimento rural brasileiro, declarando como objetivo:

[...] promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais - que compreendem pequenos e médios centros urbanos -, usando como vetores estratégicos o investimento em expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas (BRASIL, 1999, p.2).

Do ponto de vista do governo federal, a aquisição da Fazenda Itamarati foi a grande oportunidade de realizar uma obra marcante no campo da reforma agrária e responder às críticas de que, a despeito de ser o presidente que mais assentara famílias no campo até aquele momento da história do país (o que, como relatamos anteriormente, só se deu, em virtude da grande pressão exercida pelos movimentos sociais), essa reforma agrária não passava de um arremedo, de simples distribuição de terra. Afirmava-se que aos beneficiários não eram dadas as condições reais para que pudessem explorar seus lotes, de forma a garantir não só o seu sustento, como também sua inserção social, tendo em vista as dificuldades de acesso ao crédito, à tecnologia, à informação, aos canais de distribuição e, sobretudo, em virtude de muitos assentamentos

terem sido implantados em locais de difícil acesso e pobres em recursos naturais, que demandavam equipamentos e tecnologias dos quais os assentados não dispunham.

Destarte, a transformação da Fazenda Itamarati em assentamento foi oportuna no sentido de rebater com fortes argumentos e ações as críticas dirigidas à atuação do governo voltada às reformas sociais, uma vez que estaria disponibilizando aos assentados, nesta porção do território sul-mato-grossense, o acesso a um lote numa área bem localizada do ponto de vista logístico, como também bem servida de recursos naturais (solo, água, clima, etc.) e portadora de uma poderosa infraestrutura, responsável pela elevada produtividade da antiga fazenda. Se essa infraestrutura encontrava-se defasada para o padrão do agronegócio ou inadequada para a agricultura familiar não estava em pauta.

O mega-assentamento

O rótulo de mega-assentamento para este empreendimento se aplica sob muitos aspectos: dimensão da área, número de famílias assentadas, pela infra-estrutura presente, pelo montante de recursos empregados, pelo conjunto de problemas apresentados, joga de interesses, etc.

O fato de possuir uma área de 25.508 hectares é relevante tendo em vista que muitos assentamentos espalhados pelo país possuem dimensões bem inferior a esta, porém mesmo no Mato Grosso do Sul este não é o assentamento que possui a maior área uma vez que no município de Nova Andradina/MS existem dois assentamento com área superior o Casa Verde com 29.859 hectares e o Teijin possui 28.497 hectares.

Com relação ao número de famílias assentadas em um único assentamento no Mato Grosso do Sul, somente o Itamarati II com 1.692 famílias distribuídas entre cinco grupos sociais diferentes (CUT, FAFI, FAF, FETAGRI e MST) é superior ao Itamarati que contemplou 1.143 famílias em quatro grupos sociais diferentes distribuídas da seguinte maneira: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) está representado por 320 famílias, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) com 280 famílias; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) com 395 famílias e

a Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI) com 150 famílias

Desta forma, mais uma vez impulsionada pela conjugação de fatores conjunturais, com inspiração na característica modelar/megalomaniaca da antiga fazenda, novamente acordos e alianças entre um seleto grupo de representantes da sociedade passam a envidar esforços no sentido de viabilizar um novo megaprojeto com pretensões modelares nesta porção do território sul-mato-grossense.

Todavia, pelo menos nos discursos e nas aparências os interesses desse projeto são mais nobres, pois diferente do anterior, cuja justificativa era de que iria beneficiar um grande número de trabalhadores, através da geração de emprego, proporcionando-lhes melhores condições de vida, este, por sua vez, mantém essa característica, acrescida dos benefícios e vantagens proporcionados pelo acesso à propriedade da terra.

O caráter de megaempreendimento evidencia-se tanto quantitativa quanto qualitativamente. Analisados em conjunto ou isolados, os Assentamentos Itamarati e Itamarati II, por suas amplas dimensões, são singulares sob qualquer aspecto em que se queira analisar.

Quando, em novembro de 2000, foi anunciada, pelo então Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, a compra da Fazenda Itamarati com o objetivo de transformá-la em assentamentos rurais, alardeava-se que esse seria o principal projeto de reforma agrária a ser implantado no Brasil e que a intenção era transformar a área num mega-assentamento rural.

Essa pretensão está explícita na introdução do Plano Indicativo de Criação do Assentamento Itamarati, no qual o então governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, menciona que “[...] o projeto não é apenas o maior do país em tamanho, é modelo organizacional e de questão participativa” (INCRA/SEPROD/IDATERRA, 2003, p.7).

A intenção de transformar o assentamento em modelo se apresenta ainda mais alvissareira na introdução da primeira versão do Diagnóstico Sócio-Produtivo, que compõe o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Itamarati, onde se lê: considerado como o modelo decisivo para o futuro da reforma agrária brasileira, o sucesso do assentamento na fazenda Itamarati representará inúmeros benefícios, não somente aos assentados, mas também a

todo o entorno do Assentamento e, respectivamente, a todo Estado de Mato Grosso do Sul (INCRA/SEPROD/IDATERRA, 2003, p. 6).

O que se observa é que há uma sintonia nos discursos tanto em nível federal, quanto no estadual, e neles estão presentes o que aqui estamos chamando de estigma do megaempreendimento que historicamente têm acompanhado esta porção do território sul-mato-grossense. Por esse motivo, o empreendimento tem em comum com os projetos anteriormente desenvolvidos no local apenas o fato de estar instalado na mesma área e, ainda carrega a dura missão de ter que dar um destino virtuoso aos resquícios do que foi no passado a megafazenda modelo Itamarati. Suas especificidades conferem-lhe um perfil muito diferente do de seus antecessores megaempreendimentos, principalmente pelo fato de serem de natureza privada e, portanto, terem uma lógica econômica, social e política bem diversa.

Partindo do pressuposto que a pretensão era a de criar um mega-assentamento, mesmo que essa qualificação se aplicasse mais às dimensões quantitativas e menos às qualitativas, todas as ações também deveriam remeter à escala *mega*. Isso, desde a planificação até a materialização de uma infraestrutura básica condizente com as demandas da comunidade no que diz respeito a economia, educação, saúde, segurança, saneamento, transporte, meio ambiente e, sobretudo, as questões relacionadas à organização social das famílias, tendo como princípio norteador a garantia da participação democrática de toda a comunidade.

Além dessas dimensões, a opção pelo megaempreendimento remete necessariamente a um esforço maior no sentido de proporcionar às famílias o acesso a dois outros fatores diferenciados que reputamos como fundamentais para o êxito do Assentamento, quais sejam: o volume de recursos financeiros envolvidos e também a demanda por um número adequado de profissionais qualificados para atuar no projeto.

No Assentamento Itamarati, o tipo de lavoura desenvolvida é condicionada e determinada pelos recursos tecnológicos⁷ de que a área é portadora, e isso impõe, às famílias, demandas específicas que acreditamos não ser possível atender com o mesmo montante de recursos destinados aos demais assentamentos do país, sendo necessária uma inversão maior de capital para viabilizar minimamente o projeto. Contudo, isso

inflige aos mediadores a elaboração de projetos que primem por rigorosos critérios de destinação e controle desses fundos.

Careceria também da mobilização de um número maior de técnicos e especialistas, não apenas para a elaboração do PDA, como também para dar suporte ao projeto pelo menos até que as famílias adquirissem o *know-how* do cultivo de *commodities*, uma vez que a persistência dessa lavoura era previsível, ou mesmo até que as famílias, dentro das especificidades do território bem como dos recursos tecnológicos remanescentes da antiga fazenda, desenvolvessem uma territorialidade condizente com as características da agricultura familiar.

Não sabemos se por inexperiência dos técnicos na condução de um projeto com tal grau de complexidade, ou se por falta de condições necessárias para lhe dar outro rumo, o que caracteriza este empreendimento é o apelo maior para os aspectos quantitativos.

A hipótese de que as preocupações quantitativas se sobrepuseram às qualitativas no processo de implantação do Assentamento Itamarati fica evidente quando observamos, nos trabalhos que relatam o acompanhamento da fase inicial dos assentamentos rurais no Brasil, que é quase um consenso de que são necessários, geralmente, pelo menos cinco anos para que as famílias se adaptem à nova realidade socioeconômica.

Assim, quando analisamos o Assentamento Itamarati, com as pretensões de que foi revestido, que envolvem *processos sociais complexos* (SANTOS, 1991) resultantes daquele conjunto específico de características enumeradas anteriormente, pode-se afirmar que seguramente demandaria um período maior da atenção e atuação dos chamados “grupos de mediação⁸” que deveriam recorrer à sensibilidade que emana de suas “visões mediadoras⁹”, para o auxílio das famílias, subsidiando-as na conquista da autonomia necessária para doravante gerirem seu próprio destino.

No entanto, o que constatamos é que antes mesmo que o Assentamento Itamarati tivesse completado o ciclo inicial de implantação através da liberação de créditos e a consolidação dos projetos produtivos e de suas organizações sociais, e em meio à crise econômica e financeira gerada pela frustração da safra 2003/2004, provocada pelo longo período de estiagem¹⁰ que atingiu todo o Centro-Oeste do Brasil, começaram as

articulações para a aquisição da parte restante da antiga fazenda visando à implantação do Assentamento Itamarati II.

A partir de então as atenções do INCRA e das demais entidades mediadoras voltaram-se para o novo assentamento, se não exclusivamente, pelo menos prioritariamente. Assim, se a atuação das entidades já ficava aquém do necessário, daí por diante a situação das famílias se agravou.

O lado positivo da criação do Assentamento Itamarati II é o grande número de famílias que foram contempladas com um lote e, conseqüentemente, garantiram as condições de acesso aos recursos destinados aos beneficiários da reforma agrária. Contudo, vieram se somar às outras 1.143 perversamente incluídas do Assentamento Itamarati.

O valor pago pela propriedade (mais de R\$ 165 milhões) diretamente a Olacyr de Moraes é justificado em função das benfeitorias existentes. Porém, com exceção dos silos, armazéns e secadores, que estão arrendados por valor irrisório e em troca de alguns favores para empresas privadas, muitas das instalações não têm nenhuma utilidade para as famílias assentadas e estão sendo sucateadas ou por ação de vândalos ou pela falta de conservação, sem que o INCRA esboce tome qualquer atitude, sob a alegação de que não tem dotação orçamentária para esse fim.

O montante pago pela fazenda, desnecessariamente contabilizado em favor da reforma agrária brasileira, vem se somar aos R\$ 27,6 milhões pagos ao Banco Itaú pela área do Assentamento Itamarati (comumente denominado Itamarati I), totalizando aproximadamente R\$ 200 milhões. Um valor bem menor que os R\$ 300 milhões exigidos por Olacyr ao governo Fernando Henrique Cardoso, em meados da década de 1990 para que sua propriedade se transformasse em objeto de reforma agrária.

Apesar do valor menor, a fazenda teve o destino almejado e até previsto pelo empresário. Não que ele fosse um visionário, mas um profundo conhecedor dos bastidores da política nacional e dos meandros a serem seguidos e assim, sorrateiramente, tirar proveito dos recursos públicos.

Voltamos aqui à provocação que fizemos anteriormente, na qual asseveramos que a decadência do modelo implantado na Fazenda Itamarati não foi um efeito colateral, mas parte da concepção daquele modelo, pois a fazenda sequestrou recursos

públicos, científicos e humanos e estabeleceu um tipo de empreendimento que só seria efetivado com um montante de capital não disponível no setor privado naquela época.

Assim que tivesse sua viabilidade econômica garantida, o modelo perderia sentido e não estaria mais nos compromissos pagar as dívidas contraídas. Serviu para aparelhar o capital do agronegócio com a estruturação de um sistema que iria, cedo ou tarde, abandonar a obrigação do retorno de recursos públicos. O ganho foi transferido propositadamente para o setor privado e, mais uma vez, o prejuízo foi socializado.

Transformar essa enorme máquina enferrujada em assentamento foi uma estratégia de novamente se apropriar de verbas públicas e sair pela porta da frente e no apagar das luzes, sem restituir os recursos que nunca intencionou retornar aos cofres do Estado. Faz parte do modelo apropriar-se do capital público, embora isso nunca tenha sido proferido.

Considerações finais

A modernização, o agronegócio, o aperfeiçoamento da luta pela terra e a inserção do Estado na economia global são fatos históricos não lineares, mas a condição de uma economia sempre em busca de uma vantagem para uma elite é um processo permanente que vai se moldando de acordo com esses aspectos intervenientes. No caso Itamarati, não houve um projeto inicial para chegar aonde chegou, mas várias conjunções oportunas: a posição da ditadura militar, as políticas neoliberais, a política pela democratização da terra e pela internacionalização da economia, etc.

De um modo ou de outro, há um movimento que não permite ver claramente a intencionalidade e os efeitos negativos das ações dos capitalistas. Na outra face dessa história, os sujeitos populares são colocados em evidência clara e severamente criticados e avaliados evidenciando os exemplos negativos, para o que se convocam intelectuais alinhados política e ideologicamente aos seus projetos.

Um exemplo disso é o texto referente ao Assentamento Itamarati, publicado por Graziano Neto (2006), denominado *Ilusão Produtiva*, no qual o autor denuncia a venda de lotes, o arrendamento das áreas coletivas, o baixo nível de produção e de qualidade

de vida das famílias, a prostituição, o pagamento de propina, enfim, todo tipo de ilegalidade e de corrupção que assola o Assentamento. Chama as lideranças dos grupos de “chefetes”, afirmando: “Nada funciona, porém, sem a comissão do chefe. Sendo tudo irregular, a propina corre solta”. Aponta na direção das organizações de trabalhadores, responsabilizando-as pela situação em que o Assentamento se encontra: “Pior é a subserviência. Quase 11 mil pessoas se encontram subordinadas a três fortes organizações políticas: MST, CUT e Fetagri”. Satiriza o fato de o presidente Lula ter *pilotado* uma colheitadeira que supostamente pertencia a arrendatários.

O quadro é mesmo aterrador, como o descrito pelo intelectual, político do PSDB e ex-presidente do INCRA, que claramente imputa responsabilidade às organizações de trabalhadores e ao atual governo. As organizações têm mesmo sua parcela de culpa, pois tiram proveito e até fomentam a situação deplorável que se estabeleceu no Assentamento, assim como também o atual governo, pois tem ignorado a situação em que aquelas famílias se encontram.

Contudo, faltou ao autor dizer que o projeto teve início no apagar das luzes do governo do seu partido, em resposta às críticas e pressões, internas e externas, à forma de conduzir a questão fundiária no país e, sobretudo, em função dos trágicos desfechos dos confrontos ocorridos em Eldorado dos Carajás e Corumbiara.

Não é estranho que o governo que teve oito anos para efetivar uma reforma agrária modelar, como foi propalada quando da criação do Assentamento Itamarati, tê-lo feito somente no último ano de seu mandato? Tal postura nos impõe acreditar que foi uma tentativa de evocar para si a paternidade do projeto caso fosse exitoso, ou de se eximir de responsabilidade caso redundasse em fracasso.

Por tudo isso, a análise do processo ocorrido com a Fazenda Itamarati nos fornece essa evidência de uma desconstrução permanente de um projeto verdadeiro de desenvolvimento humano, pondo sempre no lugar os acertos dos grandes empreendimentos. O que se adiciona a isso é que esse modelo para a união do agronegócio é exemplo nacional para toda a reforma agrária, a qual nunca previu, nem se colocou a favor dos moldes como atualmente se implanta o Assentamento Itamarati, mas serve para desautorizar toda a luta social em todas as partes.

Porém, maior que as dificuldades, são a fé e a esperança daquela comunidade que, com garra, têm buscado contornar todos os problemas através do trabalho, não coletivo como quiseram os idealizadores do projeto, mas com a solidariedade, que é uma característica intrínseca aos trabalhadores rurais. É esse trabalho, animado pela solidariedade, que os faz vencer todos os obstáculos, e que nos faz ter a convicção de que, mesmo com a maneira irresponsável e perniciosa com que as questões agrária e fundiária têm sido tratadas neste país, e neste caso em particular, a reforma agrária é necessária e que valeu a pena a criação do Assentamento Itamarati.

Notas

¹ O pivô central consiste em um sistema de irrigação por aspersão, inteiramente automatizado e movido a energia elétrica, cuja estrutura metálica suspensa, medindo aproximadamente 700 metros, é sustentada por torres apoiadas sobre pneus, com capacidade para lançar a água em movimento giratório, programável, de 360 graus. Cada pivô irriga uma área de aproximadamente 116 hectares.

² Na reportagem “As estrelas do campo”, da Revista Veja (1982), a Fazenda Itamarati é apresentada como um *campus* avançado da Universidade Federal de Viçosa.

³ João Paulo Goettems foi funcionário da Fazenda Itamarati, atuando como técnico agrícola durante 15 anos (de 1989 a 2004) e, atualmente, pertence ao quadro de técnicos agrícolas da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), prestando serviços no Assentamento Itamarati.

⁴ Na mesma reportagem da Revista Veja (1982), a frase: “A Itamarati é a fazenda modelo do Brasil” é atribuída ao então ministro da Agricultura Amaury Stábile.

⁵ Há também o político já produzido nos times de base para servir a essas empresas, antes mesmo de sua constituição, forjado para defender os interesses do empresariado.

⁶ Papel emitido pelo governo para pagar as desapropriações para reforma agrária.

⁷ O Assentamento Itamarati herdou 58 pivôs de irrigação e o Assentamento Itamarati II 27 pivôs da antiga Fazenda Itamarati, os quais cada um irriga em média uma área de 116 hectares.

⁸ Compreendendo que a ação dos mediadores possui um tempo determinado de existência, conforme Neves (1997), o exercício da mediação corresponde ao período em que cada instituição portadora de recursos materiais ou simbólicos se disponha a oferecê-los. A ação da mediação neste caso é limitada e provisória.

⁹ Considera-se como “visões mediadoras” modelos ideológicos de organização social que orientam as intervenções dos “grupos de mediação” em assentamentos rurais.

¹⁰ Apesar dos pivôs, os agricultores tiveram muitos prejuízos, uma vez que dos 25.000 ha que compõem a área total do assentamento, apenas um pouco mais de 7.000 ha constitui-se em área irrigada. Além do mais, o pivô evita uma frustração total da lavoura pela escassez de chuva, mas não impede que ocorram perdas significativas de produtividade.

Referências

ABREU, Silvana. **Planejamento governamental: a sudéco no espaço mato-grossense - contexto, propósitos e contradições**. 2001. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

AS ESTRELAS do campo. **Revista Veja**, São Paulo: Abril, n. 717, 2 jun. 1982. Edição Especial.

ARRUDA, Gilmar. **Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Larangeira**. 1989. 287 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, Universidade Estadual Paulista. Assis, 1989.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural**. Brasília: 1999.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CEOLIN Adriano. A Fazenda Itamarati nas mãos dos sem-terra. **Revista Veja**, São Paulo: Abril, n. 25 ed. 1706, 27 jun. 2001.

CORRÊA, L. S. **História e Fronteira: o Sul de Mato Grosso 1870-1920**. Campo Grande: UCDB, 1999.

DELGADO, Guilherme C. Capital e Política Agrária no Brasil: 1930 – 1980. In: Szmrecsany Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs). **Historia econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: HUCITEC. 1997.

FIGUEIREDO, A. de. **A presença geoeconômica da atividade ervateira**. 1967. 436 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 1967.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRAZIANO NETO, Francisco. Ilusão Produtiva. **O Globo**, 12 set. 2006. Opinião, p. 7.
GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados**. Dourados: L. A. Gressler, 1988.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso. **Estudos Sociais e Agricultura**. Nº 12, abril 1999: 148-168

INCRA/SEPROD/IDATERRA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Itamarati**. Campo Grande, 2003.

MARX, Karl. (1867) **O Capital**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo; SOUSA, I. C. de; ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O promissor Brasil dos assentamentos rurais. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 77, n. 8, p. 54-63, jun./ago. 1998.

NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: confluência de formas sociais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.13, out. 1999.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma Sociologia dos processos sociais agrários. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Anpocs, Editora Vértice, 1991.

SILVA, Mário Cezar Tompes da. **Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados – MS**. 2000. 425 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **O processo histórico de Mato Grosso**. 2. ed. Cuiabá: UFMT, 1990.

SOUZA, Cláudio Freire de. **A terra e o homem: a luta dos sem-terra e a educação nos assentamentos do sul de Mato Grosso do Sul**. 1992. 315 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 1992.

TEIXEIRA, Marcio Antonio. **As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da Grande Dourados**. 1989. 415 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

VALE, Pedro. **A divisão de Mato Grosso**. Brasília: Royal Court, 1996.

Artigo recebido em outubro/2009 e aceito para publicação em janeiro/2010.